



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681426 - MS (2021/0226893-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : JAIR FERREIRA MOURA
ADVOGADO : JAIR FERREIRA MOURA - SP119931
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ALESSANDRO EVARISTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALESSANDRO EVARISTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1410356-30.2021.8.12.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, sobrevivendo decisão que converteu a custódia em preventiva.

O impetrante sustenta que estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no verbete 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega que não se mostram presentes os requisitos para a constrição antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que o acusado é primário, possui bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, predados que lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Argumenta que a quantidade de drogas apreendida não justificaria a manutenção do encarceramento provisório.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do

Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada fundamentou suficientemente o indeferimento da liminar pleiteada na origem (fls. 38-40):

Segundo consta dos autos n. 0001913-85.2021.8.12.0029, o paciente Alessandro Evaristo foi preso em flagrante pela prática, em tese, do crime de tráfico interestadual de drogas, haja vista ter sido flagrado ao transportar 1.920 kg (mil, novecentos e vinte quilogramas) de maconha, os quais estavam escondidos em compartimento oculto do semi-reboque acoplado o caminhão Iveco, placas aparentes DTW3J05, por ele conduzido.

Na ocasião, o paciente supostamente relatou aos policiais rodoviários federais responsáveis pela abordagem que havia pegado a droga em Amambai e a levaria para São Paulo.

Em decorrência desses fatos, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, consoante a decisão de p. 46-49 dos autos n.º 0001913-85.2021.8.12.0029, a qual transcrevo o excerto pertinente à custódia combatida neste writ, confira-se:

"(...) Conforme se verifica das investigações preliminares, o autuado foi abordado por uma guarnição policial quando conduzia um veículo caminhão, e em vistoria, foram encontrados 1983 tablets de substância entorpecente análoga a maconha, que pesou 1920 kg (um mil, novecentos e vinte quilos), os quais estavam escondidos em compartimento oculto. Deflui dos autos que o autuado afirmou, informalmente aos policiais, que pegou a droga na cidade de Amambai-MS, e levaria para São Paulo, e ainda, que receberia a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pelo transporte.

Destarte, o suposto fato imputado é concretamente grave, dada a expressiva

quantidade de droga, ressaltando que nunca é demais lembrar a potencialidade lesiva que traz a sociedade, vez que estabelecem um ciclo de violência que se alimenta do vício dos usuários, cuja necessidade de consumir o entorpecente, acaba por fomentar e desencadear a prática de inúmeros outros delitos relacionados.

Além disso, em que pese a precoce alegação de se tratar de "mula", e que faria jus a causa de diminuição de pena prevista no § 4º do artigo 33 da Lei de Drogas, ressalte-se que o fato deve ser submetido a instrução, onde poderão ser colhidas as informações necessárias a esse respeito, e o que se extrai até o momento, é que, dada as circunstâncias, como a expressiva quantidade de entorpecente, o carregamento em região de fronteira com o Paraguai, a ocultação da droga no veículo, e a vultosa quantia que receberia, não há como descartar, de plano, um eventual envolvimento de organização criminosa aos supostos fatos. É de bom alvitre lembrar que, dada a preliminar fase processual, para a conversão do flagrante em prisão preventiva, não se exige farto lastro probatório, uma vez que a matéria será apreciada definitivamente quando da sentença, que passará, antes, pelo processo de instrução processual sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Outrossim, embora trate-se de pessoa primária, com endereço fixo, e demais circunstâncias expostas pela defesa, deve-se ressaltar que tais fatos não impediram o autuado de supostamente praticar o delito que lhe é imputado, não havendo qualquer garantia de que não voltaria a praticar atos ilícitos da mesma natureza.

Desta forma, a prisão preventiva mostra-se evidentemente necessária para garantia da ordem pública, seja pela gravidade concreta dos fatos, conforme exposto, pela periculosidade do agente, demonstrada ao aderir a suposta prática criminosa com todos os elementos já indicados, e pela possibilidade concreta de reiteração delitiva, haja vista que não há medida cautelar diversa que se mostre suficiente e adequada para o caso." (p. 47-48 dos autos n.º 0001913-85.2021.8.12.0029).

*Diante desse cenário, constata-se, ao menos em sede de exame perfunctório, a gravidade concreta da presente conduta, porquanto a apreensão de **quase duas toneladas de maconha em compartimento oculto** certamente indicia o risco à ordem pública.*

De mais a mais, eventuais incursões sobre eventual reprimenda a ser aplicada em caso de condenação são irrelevantes diante da natureza cautelar da constrição à liberdade imposta ao paciente.

Por fim, quanto à Recomendação n.º 62 do CNJ, importa frisar que o paciente é pessoa relativamente jovem (trinta e seis anos de idade), tendo declinado que não possui quaisquer comorbidades ao preencher o formulário de identificação de fatores de risco de p. 20-21 dos autos n.º 0001913-85.2021.8.12.0029), o que também foi confirmado por ele em audiência (p. 46-49 dos autos originários).

Diante desse quadro, não se evidencia, na atual conjuntura, a presença do periculum in mora imprescindível ao deferimento da medida liminar pretendida.

Ademais, esta Corte Superior de Justiça já decidiu que "a prisão preventiva está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade concreta do agente, evidenciada pela apreensão de grande quantidade de droga - mais de 1,6 tonelada de maconha - em contexto de associação criminosa voltada para o tráfico interestadual" (RHC 128.148/RO, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/06/2021, DJe 21/06/2021), circunstância que reforça a impossibilidade de processamento deste writ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência